

O PERÍODO DOS ENUNCIADOS DE UMA PALAVRA NA LINGUAGEM DA CRIANÇA – ABORDAGENS ATUAIS

Regina Ritter Lamprecht

Mestranda no Curso de Pós-Graduação
em Lingüística e Letras da PUCRS

1 – INTRODUÇÃO

A fase inicial da aquisição da linguagem pela criança tem se mostrado um campo extremamente fértil para pesquisas, as quais muitas vezes resultaram em obras reconhecidas como de grande importância. Neste artigo, alguns tópicos sobre a fala da criança no período das primeiras palavras serão comentados a partir de dois livros que podem ser considerados fundamentais sobre esta etapa: *One word at a time*, de Lois Bloom, publicado em 1973, e *The structure of communication in early language development*, de Greenfield e Smith, publicado em 1976. Como nos dias atuais a evolução da pesquisa é muito rápida, estas obras já são de certa forma "antigas", mas mesmo assim, não há como tirar-lhes a importância e o mérito de serem básicas para a compreensão dos fenômenos que ocorrem no período inicial da fala da criança. As pesquisas sobre esta fase continuam intensas hoje, inclusive no Brasil, como se pode ver pelos trabalhos de Lemos (1981), Salama (1979), Mayrink (1975) e Freire (1980). A abordagem pragmático-semântica da linguagem emergente, proposta por Regina Freire, será objeto de considerações, mais adiante, ao lado dos assuntos trazidos através dos livros de Bloom (1973) e Greenfield & Smith (1976) (G & S), como evidência da continuidade das linhas de pesquisa.

2 – CONSIDERAÇÕES GERAIS

Os estudos sobre as primeiras manifestações lingüísticas da criança, que até há algum tempo aguardavam os encadeamentos

existentes em torno dos dezoito a vinte e quatro meses para considerar-se que havia material adequado para pesquisa, desde o início da década de 70 concentram-se na fala infantil num período bem anterior a esta idade. Considerando que o balbucio inicia em torno dos dois meses, já por volta dos oito meses constata-se o aparecimento de palavras isoladas que têm intencionalidade e significado (Scollon, 1979). Por isso, o *corpus* em que se fundamenta o trabalho de G & S (1976) abrange o levantamento desde os 8 meses e 19 dias; Bloom (1973) inicia a coleta de dados aos 9 meses, mas já é criticada por iniciar "tarde", dois meses após as primeiras palavras, portanto já no período de transição de uma para duas palavras (G & S, 1976, p.210).

O status destas primeiras palavras isoladas é bastante controverso. De um lado, há a noção de que elas não representam somente palavras mas que trazem dentro de si o significado de toda uma oração, o que seria evidenciado pela produção da mesma palavra com entonações diferentes para transmitir aspectos diferentes. Além disso, numa posição análoga à da fonologia, diz-se também que as palavras são orações porque a criança nesta idade compreende bem mais do que consegue produzir — por insuficiência de léxico e por causa de restrições físicas e de memória — e então transmite significados complexos por meio de uma só palavra. Esta visão das primeiras palavras como holófrases não é encampada por Bloom (1973, p.61):

"Em suma, enunciados de uma palavra não são orações. Crianças na primeira metade do segundo ano de vida não usam orações — elas dizem só uma palavra de cada vez."*

Igualmente enfática, Greenfield (1978, p.347) sustenta que:

"... no período de uma palavra, a criança consegue construir mensagens complexas não porque a palavra é uma oração mas porque ela combina a palavra isolada com elementos como gestos, ações, objetos e entonação — o que pode ocorrer, a meu ver, porque a palavra isolada desde o início está inserida num contexto cognitivo-perceptual e de ação."

* NOTA — A tradução das citações de obras estrangeiras é de responsabilidade da autora deste artigo.

O papel da relação entre o desenvolvimento cognitivo e o desenvolvimento lingüístico é uma noção muito forte atualmente, sustentada por diversos autores com enfoques um pouco diferentes. Bates (1976), por exemplo, declara que seu trabalho é fundamentado num enfoque essencialmente cognitivo, tomado diretamente de Piaget. Para G & S (1976), a base das primeiras palavras não é verbal mas uma percepção de entidades e relações que já existe no período sensorio — motor. G & S mostram que o desenvolvimento do comportamento verbal e não-verbal têm conseqüências estruturais comuns e que o desenvolvimento semântico iguala o desenvolvimento perceptual, sempre inserindo a linguagem num contexto cognitivo não-verbal. Para Bloom, no entanto, as bases cognitivas se tornam mais evidentes só quando surge a sintaxe e parecem influenciar as conclusões da criança sobre a gramática da sua língua.

"As crianças desenvolvem certas representações conceituais de experiências que ocorrem regularmente e então aprendem as palavras que codifiquem convenientemente ou representem lingüisticamente estas noções conceituais" (Bloom, 1973, p.112).

Pode-se verificar uma diferença teórica em nível mais profundo do que o de terminologia quanto a níveis de estrutura lingüística e estrutura cognitiva. Assim, para Bloom existiriam duas estruturas separadas porém paralelas — a cognitiva e a lingüística — sendo que a primeira é a base da segunda e a precede, o que implica num certo grau de inter-relação. G & S preferem uma separação total entre os níveis cognitivo e lingüístico e chamam de semântica a relação de significado entre uma única palavra e a representação cognitiva de acontecimentos reais. É interessante ver que Schlesinger (1981) defende a distinção de três níveis: a) nível cognitivo — conceitos e relações em termos dos quais percebemos o mundo; b) nível semântico — no qual se juntam as relações do nível cognitivo, às vezes por assimilação semântica; c) nível de superfície — no qual uma de várias variantes estilísticas é realizada para cada estrutura do nível semântico.

O assunto estrutura lingüística — estrutura cognitiva torna-se ainda mais importante na medida em que são consideradas teorias anteriores, como a de Chomsky, que prefere a ênfase sobre a base lingüística, inata da fala. Tendo em vista que a discussão do assunto continua atualmente, é válido citar o posicionamento de alguns

autores cujas opiniões são diferentes daquelas que foram mencionadas até aqui.

Dore (1979, p. 131), que não sustenta o ponto de vista cognitivo, critica:

"A noção de uma base cognitiva única para as estruturas lingüísticas e conceituais naturalmente é mais simples, porém exige que esta base dê conta de todos os desenvolvimentos subsequentes. A versão de uma hipótese de 'organização única' de G & S não tem suporte analítico ou empírico."

Em Atkinson (1982) não encontramos uma crítica tão veemente nem uma oposição às idéias sobre a base cognitiva, mas há a observação de que as correspondências entre o desenvolvimento cognitivo e o lingüístico de G & S não são sempre transparentes. Na realidade, parece que há mais equilíbrio na opinião apresentada no trabalho de Schlesinger (1977) sobre este assunto, muito claro e explicativo, no qual o autor propõe que não se deve ir a extremos quanto à precedência do desenvolvimento cognitivo ou do input e desenvolvimento lingüístico mas que há uma interação entre estes dois processos. Schlesinger dá razões que justificam esta sua teoria de interação, como: as relações semânticas talvez tenham origem diversa, lingüística ou extralingüística, de maneira variável; não há motivo para acreditar que não possa haver diversidade de maneiras de aquisição de criança para criança; e, por último, os dois processos podem operar numa mesma criança, um preparando o terreno e possibilitando o outro.

One word at a time, o livro de Lois Bloom publicado em 1973, foi dos primeiros em que se usou a interpretação "rica" dos enunciados da criança, que consiste na expansão da palavra pronunciada com auxílio do contexto, da situação de enunciação, do conhecimento da criança, para decidir-se qual o significado que ela pretendia transmitir através daquela palavra. A autora justifica estas expansões como objetivas e documentadas (conforme também G & S, 1976); a objetividade e a avaliação de um corpus por muitos observadores só tornou-se possível a partir da introdução da tecnologia do video-tape nos estudos sobre a linguagem das crianças. Certamente a noção de interpretação "rica" foi fundamental para possibilitar o trabalho de autores que defendem a necessidade de analisar-se as relações semânticas entre as palavras, já verificáveis no período inicial de aquisição, noção essa que abriu

uma perspectiva totalmente nova sobre a complexidade da linguagem infantil em seus primeiros momentos.

3 – AS DIFERENTES ABORDAGENS

As primeiras palavras, restritas por causa de limitações de vocabulário e psicológicas (Bloom, 1973) ou da limitação da capacidade de expressão semântica (G & S, 1976), começam a ser usadas de maneira mais ampla à medida que se expande a possibilidade de expressão semântica e que cresce o desenvolvimento cognitivo. O desenvolvimento neste estágio não é uniforme, o vocabulário não se amplia cumulativamente e inclusive há diferenças na maneira e ordem de aquisição de morfemas lexicais e de funtores, já que o estágio de desenvolvimento da noção de permanência do objeto (conforme Piaget) é decisivo neste ponto (Bloom, 1973, G & S, 1976, Slobin, 1980). Para outros autores, no entanto, só há uma correspondência geral entre o início da permanência do objeto e o início dos enunciados de uma palavra, bem como da chegada ao último nível da escala de permanência do objeto e um aumento no vocabulário total da criança, sem que se possa declarar uma influência no ritmo de aquisição de morfemas lexicais ou funcionais (Corrigan, 1978). No corpus de Bloom, a passagem da palavra como simples nomeação ou comentário para a designação de inter-relações entre objetos e acontecimentos dá-se aos 19 meses. A criança agrupa palavras em classes conforme a relação semântica comum que as distingue de outra classe de palavras; ou, mais primário ainda do que este agrupamento, usa ativamente o contexto para relacionar objetos e situações.

A quantidade e o tipo de relações semânticas verificáveis na fala da criança, no período inicial, são objeto de debate e divergências. O trabalho muito complexo de G & S (1976) — baseado na gramática de casos de Fillmore — estuda o aparecimento destas relações em duas crianças, dos 8 aos 19 meses, constatando que há identidade quanto à ordem e à época de aparecimento das relações, que seriam: performativa, volição, objeto performativo, agente, ação ou estado de um agente, ação ou estado de um objeto, objeto, dativo, instrumental, objeto associado a outro objeto ou local, ser animado associado a um objeto ou local, modificação de um evento. Estas relações semânticas, percebidas e codificadas pe-

las crianças, permitem encontrar maior complexidade na sua linguagem mas, segundo Atkinson (1982), trazem sobretudo a vantagem de conseguir fazer a transição do período de uma palavra para o desenvolvimento sintático posterior de maneira "estruturalmente contínua", sem a quebra existente em outras teorias. Conforme afirmam G & S (1976, p. 222):

"Nós acreditamos que, estudando as funções semânticas que as crianças exprimem em ambos os estágios [de uma palavra e de mais de uma], demos uma base empírica para a idéia de continuidade."

Outros autores também elogiam o enfoque e o trabalho de G & S, como Slobin (1980), Clark & Clark (1977) e Dore (1979), porém há aqueles que não concordam quanto à existência, quantidade ou tipos de relações semânticas. Podemos citar Howe (1976), que critica a falta de objetividade na classificação das palavras em categorias através do contexto e da interpretação da intenção da criança, e propõe um máximo de três categorias. Da mesma forma Duchan & Lund (1979) apresentam um trabalho em que contestam as doze categorias encontradas por G & S e propõem só duas, baseadas em pesquisas próprias: ligada e não-ligada (*bounded* e *non-bounded*). Golinkoff (1981) pede maiores pesquisas ao chamar a atenção para dois problemas: a atribuição dos enunciados às diversas categorias e a determinação do conjunto definitivo de relações semânticas entre os vários conjuntos propostos por diferentes autores. Mesmo assim, Golinkoff é totalmente favorável à noção de relações semânticas, que

"... parecem refletir a codificação lingüística de conhecimentos cognitivos previamente construídos" (p.420).

Há ainda a mencionar os trabalhos sobre este assunto feitos por Schlesinger (1977) e por Retherford, Schwartz & Chapman (1981), estes últimos pesquisando as relações semânticas na fala das mães (variedade e frequência) e adaptação da criança ao modelo materno.

Além do estudo sobre as relações semânticas, G & S (1976) apresentam uma noção interessante que é a da previsibilidade do elemento da situação que vai ser codificado. G & S baseiam-se no princípio da informatividade no sentido da teoria da informação e afirmam que a criança parte do seu próprio ponto de vista (egocên-

trico, conforme Piaget) para escolher aquele elemento da situação que é incerto, não previsto ou não redundante. Neste sentido, certeza e incerteza são a base perceptual, cognitiva para a distinção entre pressuposição e asserção. A escolha não é arbitrária (conforme também De Villiers & De Villiers, 1978) e parece que a criança é sensível a diferenças de status entre os elementos de um certo contexto. Limitada a dizer uma só palavra de cada vez, a criança codifica sua mensagem levando em conta uma hierarquia de precedência: a informação nova é incerta e precede a velha; o agente é considerado conhecido, codifica-se de preferência a ação (Greenfield, 1979); o que é redundante é deixado de lado (Greenfield, 1978); se um objeto está na posse da criança, esta vai codificar o estado ou ação que ele sofre (G & S, 1976). Vale relembrar que todos estes aspectos são encarados segundo a perspectiva da criança/falante e não do adulto/ouvinte, o que às vezes causa dificuldades de compreensão para o adulto. Bloom (1973) não considerou possível fazer esta previsão dos elementos que terão preferência na codificação; G & S tomaram, então, o próprio corpus coletado por Bloom e concluíram que os dados confirmam a noção deles sobre a previsibilidade da ordem de codificação. Quanto à noção de dado/novo, vem de Bloom a idéia de que a grande frequência de substantivos um após o outro significaria uma regra sintática de apagamento de verbo. Mas há o trabalho de Mueller (in: Bates & Mc Whinney, 1979, p. 195) que, baseando-se também no corpus usado por Bloom, afirma que a não-lexicalização de um aspecto acontece em geral por ele ser "mais dado" em uma certa situação.

Além e ao lado da abordagem da linguagem da criança quanto às relações semânticas que desde cedo contém, há a abordagem sob o ponto de vista das relações pragmáticas que podem ser constatadas. Podemos destacar os estudos de Bates (1976), que coloca a pragmática como a estrutura primeira e mais primária na ontogênese da linguagem, já que a sintaxe pode ser derivada da semântica e esta por sua vez se deriva da pragmática. Analisando o trabalho de Dore (1979), vemos que o autor parte da teoria dos atos de fala de Austin e Searle, propondo o ato de fala como unidade de análise e, para o período dos enunciados de uma palavra, o ato de fala primitivo (AFP). Este é definido como:

"... um enunciado, consistindo formalmente de uma palavra simples ou de um padrão prosódico simples, cuja função é expressar

Dore salienta a adequação da análise pragmática e da noção de AFP para captar a intenção lingüística da criança e descreve nove tipos de AFP encontrados em crianças na fase de uma palavra. Dore chama-os de: nomeação, repetição, resposta, requisição de ação, requisição de resposta, requisição de atenção, cumprimento, protesto, treinamento. Assim como ocorre com as relações semânticas, há dificuldades em categorizar claramente os enunciados e atos de fala, sendo que a aplicação das categorias pragmáticas é ainda mais problemática porque Dore não as definiu operacionalmente. Em Freire (1980) e Dale (1980) encontramos opiniões concorrentes com Golinkoff (1981, p.432) que diz:

"O problema da atribuição de enunciados individuais a categorias ainda persiste. Além disso, há necessidade de mais pesquisas empíricas para que se possa concordar sobre o conjunto certo de categorias. Metodologicamente, a categorização de enunciados tem sido mal feita."

A vantagem da análise pragmática da fala da criança está em permitir a constatação e a descrição do desenvolvimento contínuo de algumas categorias, bem como da diminuição progressiva ou do crescimento de outras. Possibilita também a correlação entre categorias pragmáticas que apresentam uma evolução paralela ou inversa bem clara, oferecendo assim uma visão nova do desenvolvimento da linguagem da criança. No estudo de Freire (1980), por exemplo, a autora mostra que a categoria **requisição de ação** diminui da 1ª coleta de dados até a 17ª coleta, quando então começa a subir até a 24ª; a **requisição de informação** tem um crescimento vertical a partir da 14ª coleta; há uma correlação inversa entre a evolução das categorias **descrição** e **nomeação**. Freire chama atenção também para a 9ª coleta, aos 1:10, 13 que, por uma série de modificações que ocorrem nesse mesmo momento, parece indicar o limite entre duas fases de desenvolvimento pragmático. A validade das categorias pragmáticas para apontar o início de uma outra fase lingüística é referendada, neste trabalho de Freire, por alterações concomitantes no uso das relações semânticas e pelo MLU que passa a 2.5, atingindo o estágio II de Bloom.

O trabalho de Freire acima mencionado acrescenta uma terceira possibilidade de abordagem da fala da criança em sua fase

inicial. A autora baseia-se em G & S (1976) para fazer o levantamento das relações semânticas na fala de uma criança com a qual realizou gravações quinzenais dos 18 até os 30 meses. A seguir, fundamenta-se no modelo de Dore para a análise das categorias pragmáticas na fala desta mesma criança e, de posse destes dois tipos de categorização, faz uma **abordagem de matriz cruzada pragmático-semântica**, replicando uma pesquisa de Skarakis & Prutting (1977).

Segundo Freire (1980), os resultados tornam evidente a natureza fixa e permanente das categorias pragmáticas que, ao longo do desenvolvimento, sustentam todos os enunciados. A autora mostra também que as categorias semânticas podem se cruzar com várias categorias pragmáticas.

Atualmente, está bastante em evidência outra abordagem da linguagem infantil em sua fase inicial e que é o estudo dos **esquemas de interação** entre a criança e a mãe/adulto (*caretaker*) e a análise dos atos perlocutórios, ou seja, os efeitos que os enunciados têm sobre os ouvintes. Freire (1980) cita o trabalho de Bruner assim como as publicações de Cláudia Lemos, da Unicamp. Para esta última autora, a unidade de trabalho não é nem a sentença nem o ato de fala mas o discurso, e os esquemas de interação devem ser estudados

"... como parte de um processo através do qual a criança adquire as unidades lingüísticas e com elas opera na construção do enunciado" (Freire, 1980, p. 122).

A abordagem interacional produziu estudos sobre a linguagem materna — que chega a ser considerada um registro à parte, o **motherese** do inglês — em que autores como Olsen-Fulero (1982), Erwin-Tripp (1978), Hummel, Malone & Guy (1982) pretendem mostrar que a mãe/pai/adulto realizam um verdadeiro treinamento de aspectos lingüísticos, desde os primeiros sons e gestos da criança, para ajudá-la a captar as relações semânticas entre palavras ou aspectos pragmáticos da linguagem, como a tomada de turnos de conversação (veja-se o artigo de Kaye & Charney, 1981). Há um estudo interessante de Ochs, Schieffelin & Platt (1979) que se baseiam nos próprios dados de Bloom para chegarem a uma medida de maturidade através da pesquisa do encadeamento dos enunciados da criança e da *caretaker*.

A interação entre o adulto e a criança é um campo de pesquisas fascinante na medida em que o input do adulto e a interação com ele certamente são fatores importantes para a aquisição e desenvolvimento da linguagem pela criança. Cabe, no entanto, levantar uma pergunta sobre a validade da afirmação segundo a qual a interação é o fator mais importante ou único responsável pela aquisição da linguagem, como é às vezes sugerido na literatura sobre o assunto. Parece que até agora não foi estabelecida de forma objetiva e clara uma interpretação sobre a maneira como a linguagem e as categorias lingüísticas se desenvolvem a partir da interação social (conforme também Yavas, 1985). Para Shatz (1981), a natureza exata da relação entre linguagem e interação social não é tão óbvia assim e, apesar de se argumentar com frequência que a investigação do contexto social da aquisição é fundamental para uma desmistificação do processo de aquisição da linguagem (a mistificação ocorreria através da teoria do inatismo e do LAD propostas por Chomsky), apesar disso poucos pesquisadores especificaram exatamente qual seria o papel da interação na aquisição da linguagem. A literatura existente permite concluir com segurança apenas que o input lingüístico trazido pela interação adulto-criança auxilia de alguma forma na aquisição da linguagem e que esta não evolui de maneira normal sem a interação. No entanto, é possível que este input não seja um componente "necessário" (Hatch, 1983, p. 164).

4 – CONCLUSÃO

Resumindo os tópicos principais comentados neste artigo, foi descrita a abordagem da fase inicial de aquisição segundo as relações semânticas entre as palavras, categorizadas por G & S e propostas por esses autores como medida confiável na determinação do nível de desenvolvimento da linguagem. Não deve ficar aqui, no entanto, a impressão de que G & S tenham um posicionamento exclusivamente semântico; a noção de informatividade, por eles adotada, baseia-se em aspectos pragmáticos, já que a escolha dos elementos codificados se dá, por exemplo, segundo a noção de informação nova e dada. Foi descrita também a posição de Dore, o qual estabeleceu nove categorias pragmáticas que podem ser detectadas na fala da criança e que também seriam uma medida de

maturidade. A partir das duas abordagens mencionadas, foi possível examinar o trabalho de Freire, que se utiliza de ambos os enfoques ao mesmo tempo, conseguindo uma matriz pragmático-semântica a qual considera a única medida adequada ao corpus em que se baseou. Por último foi mencionada a abordagem interacional, o que propõe quanto ao desenvolvimento da linguagem e a medida de competência criada a partir dos estudos de Ochs, Schieffelin & Platt (1979) sobre o encadeamento de enunciados da criança no diálogo. Foi colocado também um posicionamento crítico quanto à importância fundamental atribuída à interação na aquisição da linguagem. O debate entre os pesquisadores que defendem estas diferentes idéias é bem atual e está longe de se esgotar. Vale lembrar também, aqui, os estudos realizados anteriormente aos acima mencionados e que se utilizaram de uma perspectiva sintática, como os trabalhos de Mc Neill (1966) e a proposta da gramática-pivô.

Numa comparação entre as várias abordagens, sobressaem dois pontos que todas têm em comum. O primeiro parece ser que cada corrente procura um enfoque melhor, mais adequado para analisar e interpretar as primeiras palavras da fala da criança. O segundo ponto é a tentativa, através do enfoque considerado melhor, de caracterizar uma medida de evolução e maturidade lingüística. O confronto entre as diferentes opiniões apresentadas e um balanço dos aspectos positivos de cada uma parece levar à conclusão de que a linguagem, na realidade, deve surgir de uma integração de vários destes — quando não de todos estes — fatores.

Para finalizar, considerando outros tópicos discutidos neste artigo — como o debate sobre a noção de holófrase, a relação entre desenvolvimento cognitivo e desenvolvimento lingüístico, a idéia da interpretação "rica" das primeiras palavras — delineia-se um quadro da abrangência e da diversidade das pesquisas sobre a fase inicial da aquisição da linguagem. Este é um período que concentra a atenção de inúmeros pesquisadores pela riqueza de aspectos passíveis de análise e pelo desafio de poder-se demonstrar que a criança tem capacidades lingüísticas admiráveis bem mais cedo do que parece ao leigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ATKINSON, M. (1982) — Explanations in the study of child language development. London, Cambridge University Press.
- BATES, E. (1976) — *Language and context*. New York, Academic Press.
- BATES, E. & Mc WHINNEY, B. (1979) — A functionalist approach to the acquisition of grammar. In: Ochs & Schieffelin (eds.). *Developmental pragmatics*. New York, Academic Press.
- BLOOM, L. (1973) — *One word at a time*. The Hague, Mouton.
- CLARK, E. & CLARK, H. (1977) — *Psychology and language*. New York, Harcourt, Brace, Jovanovich, Inc.
- CORRIGAN, R. (1978) — Language development as related to stage 6 object permanence development. *Journal of Child Language*, vol. 5 (2), 173-89.
- DALE, P. (1980) — Is early pragmatic development measurable? *Journal of Child Language*, vol. 7 (1), 1-12.
- De VILLIERS, J. & De VILLIERS, P. (1978) — *Language acquisition*. Cambridge, Harvard University Press.
- DORE, J. (1979) — What's so conceptual about the acquisition of linguistic structures? *Journal of Child Language*, vol. 6 (1), 129-37.
- DUCHAN, J. & LUND, N. (1979) — Why not semantic relations? *Journal of Child Language*, vol. 6 (2), 243-51.
- ERVIN-TRIPP, S. (1978) — Some features of early child-adult dialogues. *Language in Society*, 7 (3), 357-73.
- FREIRE, R. M. A. C. (1980) — *Análise pragmático-semântica de linguagem infantil*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- GOLINKOFF, R. M. (1981) — The case for semantic relations: evidence from the verbal and nonverbal domains. *Journal of Child Language*, vol. 8 (2), 413-37.
- GREENFIELD, P. M. (1978) — How much is one word? *Journal of Child Language*, vol. 5 (2), 347-51.
- . (1979) — Informativeness, presupposition, and semantic choice in single-word utterances. In: Ochs & Schieffelin (eds.) *Developmental pragmatics*. New York, Academic Press.
- GREENFIELD, P. M. & SMITH, J. (1976) — *The structure of communication in early language development*. New York, Academic Press.
- HATCH, E. (1983) — *Psycholinguistics*. Rowley, Newbury House Publishers.
- HOWE, C. J. (1976) — The meanings of two-word utterances in the speech of young children. *Journal of Child Language*, 3, 29-48.
- HUMMEL, D. D. (1982) — Syntactic and conversational characteristics of father's speech. *Journal of Psycholinguistic Research*, 11 (5), 465-83.
- KAYE, K. & CHARNEY, R. (1981) — Conversational asymmetry between mothers and children. *Journal of Child Language*, 8, 35-49.
- LEMOS, C. (1981) — Interactional processes in the child's construction of language. In: Deutsch, W. (ed.). *The child's construction of language*. London, Academic Press.
- MALONE, M.-J. & GUY, R. A. (1982) — Comparison of mothers' and fathers' speech to their 3-year-old sons. *Journal of Psycholinguistic Research*, 11 (6), 599-608.
- MAYRINK, M. L. T. (1975) — *Um estudo do período inicial da aquisição do português*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Campinas.
- Mc NEILL, D. (1966) — Developmental psycholinguistics. In: *The genesis of language*. Smith, F. & Miller, G. A. (eds.), Cambridge, MIT Press.

- OCHS, E., SCHIEFFELIN, B. & PLATT, M. (1979) — Propositions across utterances and speakers. In: Ochs & Schieffelin (eds.). *Developmental pragmatics*. New York, Academic Press.
- OLSEN-FULERO, L. (1982) — Style and stability in mother conversational behaviour: a study of individual differences. *Journal of Child Language*, 9, 543-64.
- RETFERFORD, K., SCHWARTZ, B. C. & CHAPMAN, R. S. (1981) — Semantic roles and residual grammatical categories in mother and child speech: who tunes into whom? *Journal of Child Language*, 8 (3), 583-608.
- SALAMA, S. M. (1979) — *Compreensão versus produção em crianças pequenas*. Dissertação de mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- SCHLESINGER, I. M. (1977) — The role of cognitive development and linguistic input in language acquisition. *Journal of Child Language*, vol. 4 (2), 153-68.
- . (1981) — Semantic assimilation in the development of relational categories. In: Deutsch, W. (ed.). *The child's construction of language*. London, Academic Press.
- SCOLLON, R. (1979) — A real early stage: an unzipped condensation of a dissertation on child language. In: Ochs & Schieffelin (eds.). *Developmental pragmatics*. New York, Academic Press.
- SHATZ, M. (1981) — Learning the rules of the game: four views of the relation between social interaction and syntax acquisition. In: Deutsch, W. *The child's construction of language*. London, Academic Press.
- SKARAKIS, E. A. & PRUTTING, C. A. (1977) — Early communication: semantic functions and communicative intention in the communication of the preschool child with impaired hearing. *American Annals of Deaf*, 122.
- SLOBIN, D. (1980) — *Psicolinguística*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- YAVAS, F. (1985) — *Comunicação pessoal*.